



CONTRAPONTO

Fernando Ferraz Gigante*

Luiz Antonio de Souza**

Washington Drummond***

Do Seminário Público ou a zona de risco – uma contribuição analítica

“quando se tem pressa, não se deve correr.”

B. Brecht

1.

Chegamos à terceira edição do CORPOCIDADE, desta feita em conjunção com o 3º Encontro Cidade e Cultura (Pró-Cultura – Capes/MinC) e com o 1º Seminário do Projeto de pesquisa “Experiências metodológicas para a compreensão da complexidade da cidade contemporânea” (PRONEM – FAPESB/CNPq), denominado Seminário Público – uma atividade operada a partir de comunicações de cunho mais teórico.

A comissão de seleção das comunicações composta pelos professores Fernando Ferraz (PPG-AU/UFBA), Luiz Antonio de Souza (UNEB) e Washington Drummond (PPG-AU/UFBA e UNEB) se pautou em tentar selecionar uma gama de trabalhos

* *engenheiro civil, professor do PPG Arquitetura e Urbanismo UFBA*

** *arquiteto, urbanista, professor do curso de Urbanismo da UNEB*

*** *historiador, professor do PPG Crítica Cultural UNEB, PPG Arquitetura e Urbanismo UFBA.*

que apresentassem uma grande variedade temática, metodológica e disciplinar, contando com a presença de pesquisadores acadêmicos, artistas, estudantes etc., além de tentar oferecer aos participantes um panorama nacional do nosso “campo de pesquisa”.

As diretrizes subentendidas para as apresentações das comunicações foram associadas a três eixos de apreensão da cidade contemporânea: ação artística, propostas metodológicas e experiências. Parte das comunicações que assistimos manteve conexões com as Oficinas que, juntamente com o Seminário de Articulação, compuseram a estrutura geral do Encontro.

2.

Através de uma análise do conjunto dos trabalhos selecionados e apresentados no Seminário Público notamos que existe hoje um grupo de pesquisadores que se encontra num produtivo dilema: como abandonar os cânones das pesquisas urbanas e iniciar uma outra prática, que leve em conta o fazer estético e uma adaptação/reinvenção do exercício etnográfico? De qualquer forma, parte-se da estética e da etnografia, como uma metáfora do seu exercício moderno. A arte está temperada com a sua prática dita pós-moderna, fruto das tentativas do campo, quando nos anos 1970, do século passado, buscou-se o abandono das galerias ou sua crítica radical, a ênfase no corpo como “suporte”, o espaço urbano como campo expandido; quanto ao universo etnográfico, as investigações dos surrealistas e dos pesquisadores do *Musee d l’Homme*, que alguns definem como uma etnografia selvagem, assim como, as práticas narrativas antropológicas, também dos anos 70, que atuavam na indistinção entre relato etnográfico e ficcionalização, entrando em campo um conjunto de narrativas. As diversas falas que marcaram o Seminário Público confluem em gestos de intervenção aliados aos procedimentos

de *performance/intervenção* aqui tomados como práticas metodológicas. Talvez, a ousadia da empreitada exigisse em demasia dos pesquisadores. Entretanto, retomando a ideia de *zona de risco*, talvez possamos avaliar de maneira diferente as diversas mesas do Seminário Público.

3.

Qual a mediação possível que o estético nos proporcionaria nas investigações do urbano? A primeira imagem que nos chega é o protagonismo do corpo (já delimitado pelo tipo de prática artística contemporânea escolhida: *body art, performance, intervenção*). Uma grande parte dos trabalhos apresentados condiciona sua potência ao estatuto do corpo como suporte, o que na visão dos pesquisadores poderia dar não apenas um vetor de diferenciação, mas a superação de um exercício investigativo que se caracterizaria tanto pela postura de “gabinete”, quanto por uma excessiva aventura teorizante, inócua e árida. Por outro lado, a inclusão da gestualidade e da “incorporação” do ato de pesquisa a qualificaria como ato de presença e daí seu primeiro viés “etnográfico”, o espontaneísmo e todos os correlatos russeístas: os perigos de uma *etnografia selvagem* como paradigma de um contato mais profundo do que aquele propiciado pelo conceito e pela abstração teórica. A membrana estética recobriria então a investigação urbana, numa dupla crítica aos fazeres dos pesquisadores agora prosaicos e ultrapassados, com os dons de uma *partilha* cristã do sensível (a teoria é cinza e mefítica!) e uma nova abordagem metodológica afinada aos tempos, posto que colaborativa (o conceito parece ainda muito próximo do nome próprio e da tradição moderna!). Eis, sem delongas, a nossa zona de risco.

4.

Uma experiência como risco tem limites?¹
Quais os riscos que nos permitiríamos correr para

reformularmos as práticas de pesquisa urbana? Se uma análise institucional indicaria as formas pelas quais são garantidas a sobrevivência dos seus regimes de produção de saber, a circunscrição dos discursos aos modos estabelecidos de enunciação, quais seriam nossas estratégias e quais as estratégias institucionais? Pois, se um dia pautaram-se pelo domínio discursivo, impondo e restringindo, hoje se recompõem numa virada astuciosa, a saber: incorporar a diferença enquanto multi/inter/trans disciplinaridade, no caso sob os auspícios do estético, numa gestão dessa diferença que espelha a sua própria face: a falsa dicotomia entre prática e teoria, a autonomia da metodologia, a recusa à abstração. Melodrama da diferença sob o signo do mesmo e do medo, posto que escorrega num falso caminho. A diferença sendo programada institucionalmente.

Felizmente, a *zona de risco* dos trabalhos do Seminário Público se encontrou em outro teatro das formas: a própria estrutura da proposta visava articular os eventos experienciais e metodológicos com a apresentação, análise e debate dos mesmos. Era-nos claro desde o princípio que a produção teórica e as experiências urbanas deveriam, longe de um afastamento ou de uma comunhão utópica, se confrontarem num permanente desafio. O agendamento de pesquisadores para a coordenação das mesas, ancorados numa leitura e análise prévia das comunicações, visava justamente isso, a saber, concorrer para que a distribuição das falas entre artistas, estudantes, pesquisadores profissionais, fosse o momento e o lugar propício para esse embate frutífero.

As mesas, em seu conjunto, embora tematicamente diferissem, cumpriram o mesmo destino, evocar as contradições éticas e políticas dos nossos principais impasses enquanto pesquisadores do urbano.

5.

Seguindo a nossa metodologia de análise do Seminário Público, destacamos como a segunda grande discussão traumática dos nossos impasses o debate ocorrido entre o pensamento da pesquisadora Ana Clara Torres Ribeiro, apresentado pelos pesquisadores/orientandos do grupo de pesquisa LASTRO do IPPUR/UFRJ, a incisiva comunicação de Cibele Saliba Rizek e a elaboração filosófica de Pasqualino Romano Magnavita.

As circunstâncias que nos ameaçam, nesse momento, nos incitam a procurarmos caminhos de compreensão e intervenção na cidade que não passe ao largo de uma análise dos principais enfrentamentos políticos pelos quais passamos todos. A figura do homem urbano ordinário surge como o sujeito primordial de nossas investigações, sendo travado um corpo-a-corpo teórico para estabelecermos os quadros estratégicos, seja de sua submissão às novas formas de controle e assujeitamento, seja às novas táticas de enfrentamento que esses mesmo homens não cessam de enfrentar. Talvez, daí nossas expectativas nas apresentações dos trabalhos dos três pesquisadores elencados acima.

Qual o ponto de partida de nossas análises? O pensamento crítico contemporâneo, apesar de sua perspicácia e por vezes, criticidade exasperante, delineia caminhos diversos, que a nosso ver, deveriam confluir para a superação dicotômica, a caminho de seu fortalecimento como uma grande metáfora de nossa capacidade de descrevermos o presente urbano que nos assombra. A despeito das fórmulas e conceitos de circulação globalizada, oriunda de campos teóricos diversos (*estado de exceção, partilha do sensível, diferença e heterogeneidade, ecologia do medo* etc.), pensamos que o Seminário Público nos proporcionou vislumbrar pelo menos duas vias contraditórias e que deveriam se atritar para que possamos – como faz o já célebre

acelerador de partículas, enterrado sob a fronteira França-Suíça, que acelera e provoca colisões frontais entre pedaços de átomos – perceber e registrar as suas outras partículas de conceitos ainda não identificadas, mas que só surgirão da colisão daquelas já estabelecidas.

Apresentamos agora um breve relato desse pequeno e hipotético *big-bang* teórico de acordo com o que definimos como uma *ontologia do presente* e uma *oncologia do presente*, ambas embasadas numa crítica ferrenha, aliada a uma visada rigorosa do estado urbano contemporâneo.

6.

A primeira mesa do Seminário Público foi toda ela dedicada a uma homenagem a Ana Clara Torres Ribeiro e sua noção de “cartografia da ação social” coordenada pelo grupo de pesquisa LASTRO do IPPUR/UFRJ sendo composta pelos pesquisadores Cátia Antonia da Silva, Luis Peruci, Ivy Schipper e Vinicius Carvalho. A ideia de fundo, obviamente, foi a de “cartografia”. Em uma entrevista dada por Ana Clara Torres Ribeiro à Alessia de Biase, Ribeiro² nos diz que essa noção deve ser entendida como “[...] a construção do espaço realizada pelo sujeito e pelos gestos dele”. Nesse sentido a cartografia seria “[...] uma cartografia da ação, ela não é uma cartografia social. Porque a cartografia social está preocupada com os indicadores, com as desigualdades sociais e no meu caso é a construção do espaço pelo gesto”.

Foi muito debatida, durante essa primeira mesa, a utilização ou não da técnica, entendida como técnica cartográfica mediada por sistemas computacionais. Os participantes da mesa foram categóricos em defender o não uso de semelhantes técnicas. O argumento arrolado é de novo, o da ação. Na entrevista citada acima Ribeiro nos diz que “A cartografia que é importante, que ajuda, é aquela que é uma expressão da ação social e aquela que ajuda a ação social. A cartografia que me interessa

apoiar a ação”. O que ficou claro é que a cartografia que interessa é um instrumento de ação e também de resistência. O que deve ser cartografado, “posto na carta” são as formas de resistências dos sujeitos e de seus gestos, a leitura e a percepção que esses sujeitos têm do espaço.

Outra questão que nos pareceu importante nas discussões provocadas por essa mesa foi o de como inserir o tempo na carta. Ficou clara a dificuldade, ficou claro também que aí reside um desafio: consegue-se colocar a datas não o tempo. Por fim algo pareceu-nos importante. Afinal a cartografia não foi sempre um instrumento de poder? Como fazer da cartografia da ação um instrumento de contrapoder?

A mesa “Cidade, cultura, corpo e experiência” foi formada pelos pesquisadores Cibele Saliba Rizek, Pasqualino Romano Magnavita e Frederico Guilherme Bandeira de Araujo. A estrutura dessa mesa foi menos homogênea que a anterior. Ao nosso ver, um dos problemas importantes levantados pela mesa partiu das provocações feitas por Rizek, que trataram do problema da “militarização da gestão urbana”, tendo como modelo de análise a cidade de São Paulo.

Rizek partiu de uma ideia cara defendida por Walter Benjamin e retomada por Giorgio Agamben, qual seja, “somos pobres em experiências limiares”. De início, o limiar é radicalmente distinto do limite, esse último se refere a fronteiras, sendo que o limiar se refere a transições a passagens. Para Rizek, anular as transições seria o mesmo que construir a homogeneidade, o *zapping*. Passa-se de um lugar a outro, de um ponto a outro, sem transições, sem “ritos de passagem”: “este é seu lugar, não aquele outro...”. Isso, ainda segundo a pesquisadora, levaria a que não haja mais escolhas e sim gestão, administração da vida e dos lugares. *A gestão como sucedânea da política*.

Essa questão nos faz lembrar pelo menos dois autores que trataram do problema: Hannah Arendt e Michel Foucault. Em seu *A condição humana*, Arendt é bastante clara quando afirma que no ocidente ao político se sucede a economia e a essa se sucede o social e a esse último sucede-se a administração. Há de se gerir economicamente o social; é a vitória do *homo laborans*. Por seu lado, Foucault, por outros meios, chega a conclusões semelhantes: *Il faut défendre la société* o título de um de seus cursos no Collège de France. Ou dito em outras palavras, é preciso gerir o corpo social, como corpo que trabalha, tornando-o dócil e útil: trata-se aqui das noções bem conhecidas de “biopoder” e de “governamentabilidade”. É a “gestão das necessidades” dir-nos-ia Arendt. Trata-se aqui de uma certa “afinidade eletiva” entre dois autores que, curiosamente, não se leram.

É claro que essa “gestão das necessidades” essa “defesa da sociedade” vai ter como um de seus mecanismos o que Rizek chamou de “militarização da gestão urbana”, o que também se relaciona de perto com a “anulação das transições” sugerida acima a partir da noção de limiar. A nosso ver, o que, aliás, foi sugerido por Rizek, essa militarização se relaciona com o conceito de “estado de exceção”, novamente, noção muito cara a Benjamin (sem esquecermo-nos de Carl Schmitt) e retomada por Agamben: “a exceção se torna regra”.

Talvez a conexão subterrânea que se possa fazer entre as duas falas analisadas aqui, seja a crítica à governamentabilidade e à sociabilidade. Ou dito de outra forma, a “cartografia da ação” de Ribeiro tenta se distanciar de uma cartografia social. Por outro lado, para Rizek uma crítica à militarização acompanhada de uma nova face do higienismo e sua moralidade travestida de dignidade, também tenta se distanciar da noção de gestão da vida e do social. Ambas as falas apontam para um declínio do político em função do econômico, do social, da gestão, da administração.

A fala de Magnavita, caminhando no mesmo sentido da crítica, apesar de que com outros instrumentais teóricos, nos alerta sobre os perigos da ideia de identidade. Em seu argumento a ideia da diferença como ponto crucial, aponta para uma comunidade dos sem comunidade. Dito de outra forma, a sociedade entendida como uma gestão econômica familiar tem levado ao declínio da política.

A polis é o lugar do político, não da gestão calculada dos corpos sejam eles individuais ou coletivos. Talvez o título de um dos livros de Agamben, *A comunidade que vem*, possa nos fazer pensar em uma possível saída desse impasse.

7.

Por fim, gostaríamos de enfatizar que o encontro foi marcado pela heterogeneidade de abordagens e práticas, configuradas no que chamamos de *zona de risco*, estando cientes da parcialidade dessas análises e dos entrelaçamentos inesperados entre as zonas de sombra e luminosidade implícitas em todo trabalho de abordagem das questões urbanas contemporâneas.

Notas

¹ Aqui retomamos algumas ideias desenvolvidas por Drummond, W. O risco indisciplinar e a alteridade radical. *Cadernos de provocações - debates em estética urbana* 2. 2010, Salvador, UFBA. Ver: <<http://www.corpocidade.dan.ufba.br/2010>>.

² N.E.: Ver Revista ReDobra n. 9. Disponível em: <<http://www.corpocidade.dan.ufba.br/redobra/ano3/>>.